Desigualdades e migração: como elas se interrelacionam no momento atual?

Ednelson Mariano Dota

eddota@yahoo.com.br

Resumo

As novas facetas da desigualdade colocam em foco importantes processos sociais que, a partir de sua análise, podem oferecer indícios sobre o desenvolvimento urbano e regional e os impactos desse desenvolvimento para a qualidade de vida da população. Este artigo tem o objetivo de analisar as estratégias de vida da população a partir das suas condições socioeconômicas, sendo a migração uma das variáveis centrais para esta análise. Inicialmente, apresenta-se o desenvolvimento do capitalismo e o papel do Estado na promoção da qualidade de vida, seguido pela produção do espaço urbano e a migração nas cidades. Para finalizar, analisam-se dados específicos de habitação e acessos segundo quartis de renda, relacionando com as estratégias de vida na metrópole.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; migração; espaço urbano; desigualdade; metrópole.

Introdução

As migrações, enquanto processo social, responderam ao longo do tempo às desigualdades verificadas no Brasil. Num primeiro momento, as desigualdades econômicas entre as regiões brasileiras foram as propulsoras das migrações de longa distância, preponderando o movimento campo-cidade entre as regiões Nordeste e Sudeste e, atualmente, destacam-se movimentos intraurbanos, sendo as desigualdades locais, socioespaciais e socioeconômicas as responsáveis pelo processo migratório.

As mudanças das causas e motivações da migração acompanharam a modernização da sociedade brasileira, trazendo consigo novas e importantes variáveis que devem ser consideradas para o seu amplo entendimento.

Até meados da década de 70, o aporte teórico da estagnação das áreas de origem (SINGER, 1976) bem explicava as migrações, que respondiam ao momento econômico que atravessava o país e à configuração econômico-territorial brasileira. Entretanto, a partir da década de 80 começam a se verificar modificações relevantes nos pesos e características dos fluxos e, destacadamente, o retorno migratório começava a aflorar com importância no cenário migratório brasileiro. Com isto, uma nova configuração dos fluxos migratórios começava a aparecer, obviamente como resposta a fatores estruturais do país naquele momento.

As alterações iniciadas na década de 80 se aprofundam a partir dos anos 90, momento em que, apesar de os fluxos migratórios de longa distância manterem-se relevantes, os fluxos de curta distância, principalmente entre áreas urbanas, são preponderantes para o crescimento de determinadas regiões e municípios, sobretudo as áreas metropolitanas. Tem-se então um novo contexto, com uma maior circulação dos migrantes pelos espaços migratórios (BAENINGER, 1999) mais atrativos, como São Paulo, e com os movimentos curtos com grande representatividade enquanto processo de redistribuição populacional no âmbito dessas áreas. É o início da desconcentração demográfica desde as metrópoles nacionais (CUNHA; BAENINGER, 2007), propiciado principalmente pelos movimentos mais curtos.

O presente artigo, a partir dessas considerações, pretende analisar as perspectivas migratórias do novo contexto brasileiro a partir da modernização que o país atravessou ao longo do século XX. Busca-se, portanto, analisar os movimentos migratórios no âmbito intraurbano a partir das suas causas e motivações, que segundo nosso entendimento, apresentam estreitas relações com as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais criadas a partir do modo de

produção capitalista, que cria e reproduz a desigualdade nestas áreas tendo a produção do espaço urbano como ferramental.

O desenvolvimento do presente trabalho segue então uma discussão sobre o capitalismo e a geração de desigualdade, para que possamos apresentar o contexto com que lidamos no atual momento, seguido de uma análise sobre o papel do Estado neste processo. A migração nas áreas urbanas é o foco da terceira parte, sobretudo nas mais dinâmicas, como a Região Metropolitana de Campinas. Por fim, buscaremos analisar algumas evidências, a partir da pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, desenvolvido no âmbito do NEPO/UNICAMP, sobre a desigualdade entre migrantes e não migrantes e suas implicações.

Desenvolvimento capitalista e desigualdade

A consideração da desigualdade e de seus reflexos na sociedade é ponto chave para o entendimento do desenrolar dos processos sociais, sobretudo numa sociedade capitalista que vem se complexificando e aumentando seus frutos sem que, entretanto, os distribua para a sociedade como um todo.

A desigualdade não é um fenômeno apenas propiciado pelo capitalismo: segundo Rousseau (2006), ela é produto da organização dos homens enquanto sociedade, sendo, desta forma, muito anterior ao modo de produção preponderante atualmente. O autor, entretanto, assinala que o início da desigualdade e das mazelas sociais que ela causa se deu com a invenção da propriedade privada, que possibilitou a geração de renda através da sua posse.

Marx (2004) acreditava que o capitalismo, a partir das suas potencialidades, poderia revolucionar a vida da sociedade, sendo um instrumento de progresso a partir da constante inovação que propicia. Apesar da visão positiva do modo de produção como um todo, o autor salientava que o grande problema estava na distribuição primária do excedente, que se modificava conforme os ganhos de produtividade eram efetivados nas linhas de produção. Com isso, a desigualdade seria uma recorrência da sociedade capitalista, visto que o equilíbrio na distribuição é colocado em xeque pelos avanços técnicos alcançados constantemente.

A despersonificação do trabalho propiciada pelo capitalismo era um dos pontos positivos elencados por Marx (2004), que via a possibilidade de um melhor aproveitamento da vida com a divisão de tarefas e a produtividade gerada. Entretanto, foi através dela que o capitalismo pôde garantir a mão-de-obra necessária para sua reprodução, que tem por trás a separação do homem dos meios que necessitava: a terra, os meios de trabalho e o capital. Portanto, não tendo a

terra para produzir, os meios para efetivar sua produção, nem o capital para adquiri-los no mercado, necessitaria vender sua mão-de-obra para sobreviver.

Cria-se assim uma dependência do trabalho, que mesmo com o valor de sua compra não sendo socialmente justo, foi socialmente aceito e reconhecido como meio de reprodução social. Entretanto, a necessidade de venda da mão-de-obra em um mercado volátil coloca parcelas relevantes da população em risco, a partir da falta de oportunidades de trabalho, gerada por momentos em que a reprodução do capital é comprometida.

A volatilidade do mercado fez emergir a regulação do Estado, com a finalidade de proteger o trabalhador e a sociedade dos riscos inerentes de crises e competições desiguais. Segundo Polanyi (2000), as políticas institucionais levadas a cabo na Inglaterra no final do século XIX eram necessárias para a proteção dos direitos sociais, objetivando diferenciar o trabalho de uma simples mercadoria.

As ações de proteção do trabalho ocorreram paralelamente às de proteção ao mercado, culminando, através do intervencionismo inglês, na criação de algumas indústrias e da produção do algodão (POLANYI, 2000).

No final do século XIX pôde-se observar a ação estatal não apenas protegendo a sociedade da volatilidade do capitalismo, mas também protegendo e dando melhores condições para o desenvolvimento capitalista. No momento mais recente, entretanto, sobretudo após a década de 70, as ações institucionais passaram a se preocupar mais com a regulação do capitalismo do que com a proteção dos direitos sociais.

Apesar desta ter sido a realidade nas últimas décadas, o papel do Estado na sociedade capitalista é central, principalmente porque é ele que tem a missão de executar políticas de redistribuição mais efetivas, ou seja, pode através de suas ações alcançar objetivos relevantes em relação às condições de vida da população, a partir da redistribuição do excedente produtivo.

Tendo o Estado e sua institucionalidade esta função, o aprofundamento da desigualdade social observado em um momento de crescimento econômico representa então um desvio das suas funções sociais, que devem, sobretudo, atender à demanda de sua população.

O Estado e a institucionalidade

O aprofundamento dos estudos sobre a desigualdade indica que hoje não se pode mais tratá-la de modo singular, mas sim como desigualdades (DEDECCA, 2009; ATKINSON, 2003) de renda, de acessos, de oportunidades. Assim como se

complexifica o seu entendimento, a sua mensuração também tem se tornado alvo de diversos estudos que buscam compreender a desigualdade muito além da diferença de renda corrente (NORDHAUS; TOBIN, 1973; JANTTI et al., 2008), que apesar da sua importância, sobretudo para os mais pobres, já não mais é tão representativa face às novas características do capitalismo.

A distribuição de renda secundária através da prestação de serviços públicos como educação, saúde, previdência e seguridade social são de extrema importância para a mensuração da desigualdade. Estas políticas universais somadas às distribuições diretas e focalizadas, como o Bolsa Família, são ações relevantes de ordem pública estatal para as condições de vida da população.

Neste contexto, o papel das instituições públicas e da sua atuação frente à sociedade mostra-se central, pois são essas instituições que em grande parte disponibilizam e controlam os serviços, podendo utilizá-los como forma de redução da desigualdade na sociedade.

Segundo Polanyi (2000), a importância das instituições para o capitalismo remonta ao final do século XIX, momento das intervenções estatais feitas no mercado para a proteção da sociedade. Entretanto, foi após o "período de ouro" do capitalismo[1], compreendido entre 1953 e 1968, que se pôde observar um relevante aumento da complexidade institucional.

Os problemas endógenos do capitalismo, entretanto, culminaram na necessidade de uma grande modificação estrutural e organizacional do sistema, que se iniciou em 1973 e perdura até os dias atuais. Essa reorganização, através da reestruturação produtiva das empresas, iniciou o período que Harvey (1994) denomina de "acumulação flexível", tendo grandes impactos para a sociedade, visto que se iniciou um desmonte na legislação trabalhista e representou grandes perdas em relação à segurança e às condições de trabalho.

Desta forma, esse período de reestruturação trouxe grandes impactos para a sociedade, pois as alterações econômicas tiveram reflexos em todas as áreas da vida cotidiana.

O crescimento da institucionalidade nos países capitalistas nestes últimos 40 anos (HARVEY, 1994), entretanto, não se refletiu em menor desigualdade (DEDECCA, 2010). Ao contrário, vê-se inclusive um aumento da desigualdade em diversos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, Suécia e outros (ATKINSON, 2003).

1 Nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos, viu-se grande crescimento econômico com distribuição de renda, e uma forte ação do Estado para que tal ocorresse, culminando numa mobilidade social sem precedentes na história do capitalismo (DEDECCA, 2010).

Esse crescimento institucional concomitante ao crescimento da desigualdade parece-nos incoerente, se levarmos em consideração que o Estado, através do papel normativo das suas instituições, deve garantir cidadania plena a seus cidadãos (REGO, 2008), isto é, o exercício pleno dos direitos para uma digna qualidade de vida.

Entretanto, o alinhamento das políticas nacionais a organismos multilaterais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, tem levado a uma priorização dos interesses econômicos globais em detrimento do social (SANTOS, 2002). A construção das políticas sociais e de distribuição de renda tornam-se incompletas e paliativas, devido à incapacidade do Estado de direcionar os recursos necessários para que tais mecanismos venham a abranger as necessidades sociais.

A migração nas cidades

Sabe-se que habitar nas periferias[2] pobres ou em favelas não é uma escolha individual, mas produto da ação modeladora dos agentes econômicos, que interferem na localização das instituições e nos usos da terra (CORRÊA, 2000, p. 15) que se faz nas cidades. Sendo assim, a organização espacial da população é de importância fundamental, seja para compreender o acesso a bens e serviços essenciais, seja pela importância dessa localização nas possibilidades de ascensão social.

Portanto, os processos econômicos, sociais e demográficos que se influenciam dialeticamente no âmbito da complexa dinâmica metropolitana interferem diretamente nas possibilidades de localização espacial dos indivíduos e, consequentemente, na desigualdade, a partir do maior ou menor acesso a bens e serviços providos pelo Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que as desigualdades territoriais responsáveis pela geração dos fluxos migratórios podem gerar novas desigualdades, a partir do novo local de residência dos migrantes.

Desta forma, a mobilidade espacial[3] nas metrópoles deve ser analisada à luz dos processos de produção do espaço urbano, e nesse contexto a localização espacial da habitação pode implicar em distintas possibilidades para a população. Trabalha-se aqui com a perspectiva da migração enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole, como o mercado de terras e a divisão espacial do trabalho. Neste sentido, as modalidades migratórias mais comuns estão

2 No sentido geográfico, periferia é definida como local distante, em torno do centro. Entretanto, criou-se um estigma da palavra, que passou a ser associada a pobreza nos grandes centros urbanos.

3 No âmbito da mobilidade espacial, estão contidos tanto movimentos diários, como o casa-trabalho (mobilidade pendular), quanto a migração, definida aqui como mudança de residência usual.

relacionadas à produção e reprodução do espaço urbano, visto que este é dinâmico e em constante mutação.

O processo de valorização/desvalorização fundiária, por exemplo, gera mobilidade a partir da modificação do uso do espaço nas cidades. Nessa perspectiva, o desenvolvimento dos meios de transporte e o investimento em infraestrutura viária tornaram o espaço metropolitano mais acessível, relativizando assim a escolha do local de moradia em relação ao local de trabalho (SOBREIRA, 2007, p. 21).

A redução do espaço/tempo a partir das possibilidades de locomoção culminou na exploração de novas áreas, cada vez mais distante do centro. Da mesma forma, o processo de realocação espacial das atividades econômicas alterou a funcionalidade dos diversos pontos. A integração e complementaridade em torno da metrópole têm colocado em discussão o modelo dual de análise, pois a diferenciação entre o centro e a periferia começa a apresentar novas características.

Esse modelo centro-periferia, datado da década de 20, não mais responde às mudanças promovidas recentemente, principalmente pelas formas de produção e apropriação do espaço pelo capital (SPOSITO, 2004). Entretanto, Sposito (2007) indica que a periferização da população nas metrópoles brasileiras apresenta características típicas de países subdesenvolvidos, onde o termo periferia

> associa-se ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo, resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não-urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal. (SPOSITO, 2007, p. 13)

Apesar da periferização estar relacionada a esta forma de ocupação, deve-se salientar que a periferia não se constitui apenas por áreas precárias, mas é o lugar de condomínios luxuosos, centros empresariais e por vezes de shoppings center. Por esses fatores, diversos autores salientam que são periferias, no plural por apresentarem diferenciações relevantes (KOWARICK, 1993; CORRÊA, 2000; SANTOS, 1993; SPOSITO, 2004 e 2007).

A partir desse entendimento, a periferização da população se apresenta de duas formas: a primeira se refere à população com maior poder econômico, que acessa lugares bem estruturados e com amenidades; a segunda forma, que ocupa

pontos diversos da metrópole, apresenta uma tendência com menor acesso à infraestrutura e serviços, em pontos ainda não consolidados do espaço urbano e por isso mais acessíveis em termos econômicos.

Apesar de nos dois casos a periferia ser o destino mais comum, isso não significa uma maior interação entre classes; ao contrário, esses espaços são cada vez mais segregados. O poder de escolha do espaço de habitação está reservado à menor parte da população, ou seja, a mais abastada, ficando a população pobre à mercê de lugares distantes que consomem tempo e salário, e em geral, são desestruturados e menos acessíveis quanto às necessidades básicas.

Rodríguez e Busso (2009) enfatizam que a migração, em especial a intrametropolitana tem implicação direta no uso da infraestrutura urbana, sendo um dos determinantes da segregação residencial nas metrópoles. Desta forma, conhecer as características e as motivações da migração intrametropolitana e seus desdobramentos sociais pode representar ferramenta útil para aqueles que planejam a metrópole, passível de um crescimento planejado e que possa oferecer melhores condições para seus moradores.

Nas principais metrópoles brasileiras, como é o caso de São Paulo, a expansão urbana elevada e desordenada das últimas décadas teve e ainda tem custosos reflexos para a população. A baixa qualidade de vida urbana convive com situações incoerentes. De um lado, a população vivendo em locais com deficiências na infraestrutura urbana, e de outro, a produção de espaços vazios com infraestrutura. Estas incoerências do ponto de vista humano são coerentes do ponto de vista do capital, que busca a valorização das áreas vazias e o aumento da renda da terra. A urbanização fragmentada é reflexo dessa política, visto que os espaços vazios em meio a áreas já urbanizadas tendem a sofrer valorização mais rápida (KOWARICK, 1993, p. 83).

No âmbito desses processos de produção e reprodução do espaço urbano e seus reflexos sociais, Cunha (1994, p. 50) cita a possibilidade da existência de uma causalidade recíproca, onde mobilidade populacional não seria apenas resposta, mas também influenciaria a estruturação das áreas urbanas. Em conformidade com esta hipótese, pode-se dizer que quando a população produz moradias em determinado espaço, através dos movimentos sociais, sem o consentimento dos agentes modeladores, como é o caso das favelas e ocupações, muda as características deste espaço e consequentemente altera o uso e o seu entorno. Por outro lado, como afirma Kowarick (1993, p. 85), a ocupação de determinada porção do território dependerá das suas características, sendo que somente em locais pouco valorizados para os incorporadores (morros com alta declividade,

várzeas alagadiças, antigos lixões e etc.) a ocupação terá chance de tornar-se efetiva e poderá receber infraestrutura básica.

Existe, de fato, uma grande diferença entre os mecanismos de segregação entre as classes. As camadas mais abastadas vivem o processo de auto-segregação, na qual buscam o isolamento dos condomínios fechados, verticais e horizontais. A população pobre mora onde pode, onde a renda mensal consegue alcançar, tendo pouco ou nenhum poder de escolha. Isto implica muitas vezes em morar nas periferias distantes, que culminam num aprofundamento da pobreza (KOWARICK, 1993), além da falta de acessibilidade a saúde, educação e infraestrutura.

A migração, portanto, enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole, condiciona e é condicionada pela desigualdade. Condiciona quando os migrantes são direcionados para habitação em locais precários em relação à infraestrutura, e é condicionada porque não é um processo autônomo, mas provocado pelas condições sociais inerentes às dinâmicas metropolitanas, sobretudo entre pobres.

Desta forma, pode-se dizer que a migração é resultado das desigualdades territoriais, sobretudo aquela relativa ao acesso ao mercado de trabalho, e resulta em outras desigualdades, principalmente em relação ao acesso a serviços e infra-estrutura básica nos novos locais de moradia.

Migração na RM de Campinas

Os dezenove municípios[4] componentes da RM de Campinas têm em seu histórico uma particularidade em relação a outros pontos do Estado de São Paulo: desde a década de 70 estão entre os municípios com maior crescimento demográfico, e mesmo recentemente apresentam tendência de continuidade neste processo, permanecendo como um dos principais polos de atratividade de migrantes.

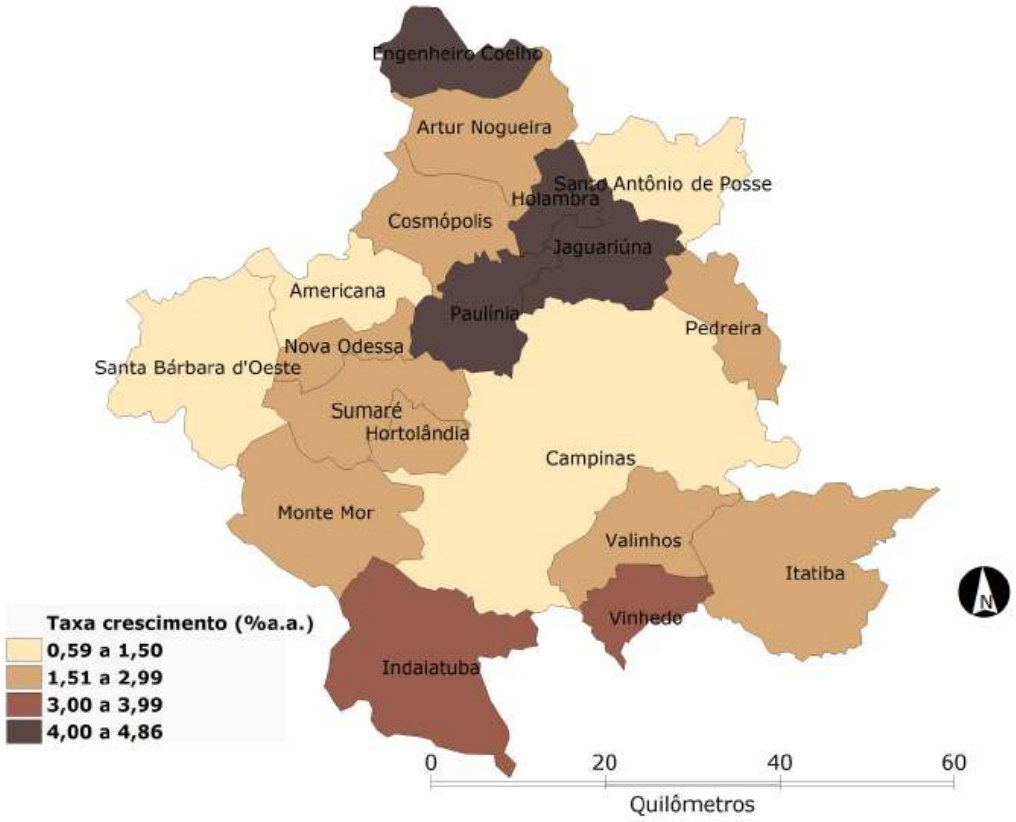
Ao longo das últimas décadas, entretanto, pôde-se observar mudanças relevantes em relação à atração e fixação de migrantes nos municípios, que acabou por aumentar ou reduzir a importância da migração como componente do crescimento demográfico dos mesmos.

Como podemos observar na Figura 1, os municípios com maior crescimento demográfico na última década foram aqueles a norte de Campinas, configurando situação extremamente distinta em relação ao que foi constatado para décadas

4 Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

anteriores (ver BAENINGER, 2000; DOTA, 2011).

Mapa 1. Taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 2000 – 2010.



Fonte: Dota (2011)

A dinâmica de crescimento dos municípios, entretanto, não se alterou em relação ao componente: os municípios com maior crescimento são aqueles com maior receptividade dos migrantes, isto porque o saldo migratório regional, olhado em períodos quinquenais desde 1985 (Tabela 1), apresenta queda gradual a partir do período 1991/1995, enquanto o crescimento vegetativo, apesar do crescimento observado no período 1996/2000, vem apresentando redução desde a primeira metade da década de 80.

Tabela 1. Saldo migratório e crescimento vegetativo quinquenal. RMC. 1980/2010

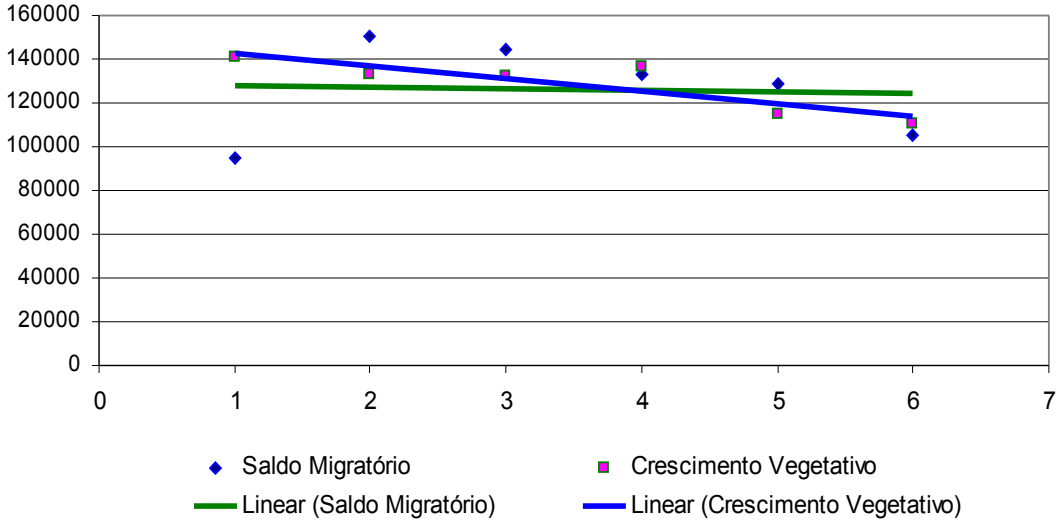
Períodos	Saldo Migratório	Crescimento Vegetativo	Total	Proporção relativa da migração
1980/85	95.212	140.906	236.118	40%
1986/90	150.054	132.739	282.793	53%
1991/95	144.356	131.805	276.161	52%
1996/00	132.801	136.175	268.976	49%
2001/05	128.462	114.784	243.246	53%
2006/10*	105.016	110.635	215.651	49%
Total	755.901	767.044	1.522.945	50%

*Dados estimados para 2010. Fonte: Fundação Seade. Organizada pelo autor.

Quando observamos os dados da Tabela 1 enquanto linha de tendência (Figura 2), vemos que o saldo migratório apresenta relativa manutenção no período, enquanto o crescimento vegetativo mostra redução e, consequentemente, perda na importância relativa para o crescimento demográfico dos municípios da RM de Campinas (DOTA, 2010; 2011).

Neste contexto, duas considerações mostram-se relevantes: em primeiro lugar, o entendimento da atual configuração regional em relação às condições sociodemográficas nos pontos urbanos deve levar em consideração a migração e seus condicionantes, que responderam por aproximadamente metade do crescimento demográfico dos municípios da região durante as três últimas décadas. Em segundo lugar, tendendo a migração a continuar sendo representativa no crescimento demográfico regional, a sua análise torna-se central para o planejamento e execução de políticas públicas para as áreas urbanas, visto a importância desse planejamento para a não proliferação de pontos residenciais precários.

Gráfico 1. Saldo migratório e do crescimento vegetativo quinquenal. RMC. 1980 – 2008.



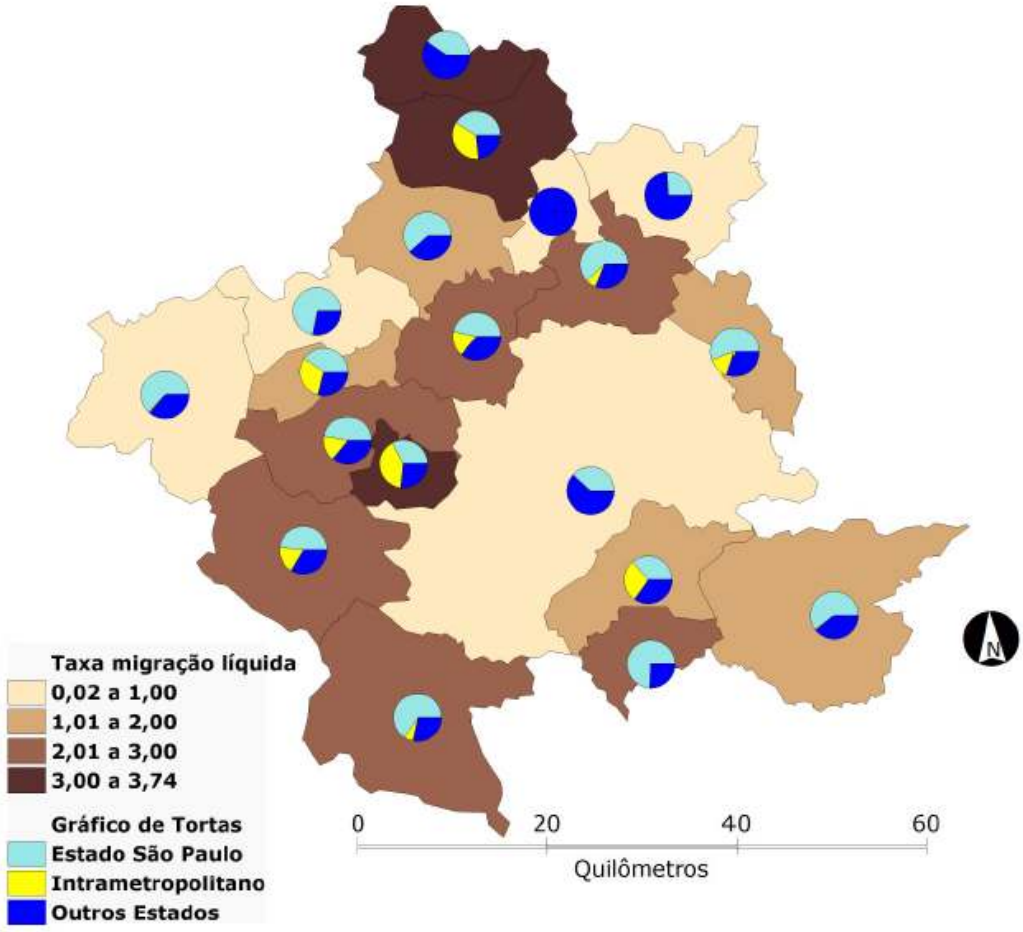
Fonte: Fundação Seade. Organizado pelo autor.

Como salientamos anteriormente, os fluxos migratórios são respostas aos fatores estruturantes da metrópole, com destaque para o mercado de terras. Este, por sua vez, recebe influencias diversas, seja do poder público, - na aprovação de loteamentos, no zoneamento ou alteração dele - dos incorporadores urbanos - através das ações especulativas e do lobby para o desenvolvimento de novas áreas – e dos movimentos sociais, através da ocupação e permanência em áreas públicas ou privadas.

Tem-se então um espaço urbano influenciado por interesses diversos, que estruturam e conformam os pontos, criando e destruindo áreas de atratividade, seja para os migrantes de alta ou de baixa renda. Os mais pobres, entretanto, sem a possibilidade de escolha do local de moradia, recorrem muitas vezes a áreas desestruturadas e com pouca ou nenhuma infraestrutura (DOTA, 2011).

A análise da Figura 3 é representativa em relação a isso, quando vemos, por exemplo, um grande diferencial entre os municípios que receberam migrantes intrametropolitanos no período de 1995-2000. A maior parte dos municípios com taxa líquida de migração superior a 2,01% ao ano tiveram importância enquanto receptores de migrantes intrametropolitanos (exceto Engenheiro Coelho e Vinhedo), que apresentam motivações e condições distintas em relação aos migrantes com residência anterior em outros municípios do Estado de São Paulo ou em outros estados do país.

Mapa 2. Taxa de migração líquida anual (% a.a.) e participação do saldo migratório total segundo origem dos migrantes. Municípios da RMC. 1995-2000



Fonte: DOTA (2011).

A atratividade distinta em relação aos diversos fluxos são indícios de que existem diferenciais relevantes entre os municípios, que podem estar ligados às políticas públicas, aos empreendimentos imobiliários, aos processos especulativos que acabam influenciando e direcionando os fluxos migratórios, cada um segundo as suas especificidades.

Os dados do *survey* domiciliar do Projeto Vulnerabilidade[5], que utilizaremos aqui, ajuda-nos a entender um pouco mais a respeito das motivações da migração, e as características que estas tem apresentado no âmbito da RM de Campinas.

5 Esta pesquisa, de 2007, visitou 1824 domicílios na RM de Campinas, contando com alguns diferenciais em relação aos dados levantados pelo Censo. No caso específico de mobilidade, o lugar de residência anterior, tempo de residência no município e no bairro e o número de mudanças realizadas estão entre os principais pontos de destaque da pesquisa.

Migração e acessos

Sendo o principal fator da redistribuição populacional, a migração tem muito a contribuir para a análise das condições sociais a que estão expostas a população dos municípios da RM de Campinas. Como sintetizado anteriormente, o acesso a serviços e a infraestrutura é uma forma de redistribuição de renda secundária, e que, apesar da dificuldade de mensuração dos valores efetivos destes serviços (DEDECCA, 2010), deve ser considerado para a mensuração da desigualdade.

Os dados do *survey* que utilizaremos não apresentam potencialidades para a mensuração da desigualdade, mas parte daquilo que foi captado pode nos fornecer algum entendimento sobre a situação regional neste aspecto, sobretudo quando buscamos interlocução com a mobilidade urbana.

Como podemos analisar na Tabela 2, o acesso à infraestrutura básica é muito desigual na RM da Campinas. Quando analisamos o acesso a partir dos quartis de renda[6], podemos observar o diferencial não apenas entre as pessoas em diferentes faixas de rendimento, mas também entre migrantes e "não-migrantes"[7].

Em todos os aspectos considerados, para migrantes e "não-migrantes" o aumento do acesso é gradativo, paralelamente ao aumento da renda. O diferencial entre migrantes e "não-migrantes", entretanto, é relativamente pequeno, com ligeira vantagem para os "não-migrantes", sobretudo com relação ao acesso à guias, e sarjetas, e calçadas.

O hiato entre a infraestrutura presente segundo faixas de renda mostra que ainda há muito que se caminhar em relação à melhoria das condições dos mais pobres, e que o discurso de polo de desenvolvimento científico e tecnológico per se não culmina numa redistribuição do excedente produtivo regional. Os dados da Tabela 2 são bem claros em relação ao acesso: 45,0% dos "não-migrantes" sem pavimentação pertencem ao primeiro quartil de renda, enquanto nos migrantes este dado chega a 40,6%.

6 Rendimento domiciliar per capita.

7 Em "não-migrantes" consideramos os naturais e aqueles com mais de 20 anos de residência na região, que já estariam plenamente adaptados e com tempo de residência suficiente para serem agrupados aos naturais.

Tabela 2. Acesso à infraestrutura básica segundo quartis de renda domiciliar per capita. Chefes de domicílio. RMC. 2007.

	Rua pavimentada (%)		Não possui guias e sarjetas (%)		Não possui calçada (%)	
	Não migrante	Migrante	Não migrante	Migrante	Não migrante	Migrante
1° quartil	88.6	89.7	10.9	13.6	10.2	11.4
2° quartil	93.1	87.8	6.9	12.3	6.9	12.0
3° quartil	93.0	97.9	4.5	5.9	4.5	3.7
4° quartil	100.0	99.3	0.0	0.7	0.0	0.3
Total	**93.7**	**93.7**	**5.6**	**8.1**	**5.4**	**6.8**
n	(319)	(383)	(319)	(383)	(319)	(383)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.
Organizada pelo autor.

Em relação à qualidade do fornecimento de água e à ligação do esgotamento sanitário (Tabela 3), os diferenciais em relação às faixas de renda continuam representativos. Os dados apresentam-se mais favoráveis aos "não-migrantes" (4,7% em relação ao fornecimento de água e 5,1% em relação ao esgotamento sanitário) sendo que, possivelmente, este resultado seja um fator relacionado ao maior tempo de moradia na área e ao processo gradativo de expansão das benfeitorias pelo poder público.

Tabela 3. Fornecimento de água e ligação de esgoto segundo quartis de renda domiciliar *per capita*. Chefes de domicílio. RMC. 2007.

	Água – fornecimento constante (%)		Esgotamento sanitário – rede geral (%)	
	Não migrante	Migrante	Não migrante	Migrante
1° quartil	85.1	85.2	84.7	77.4
2° quartil	92.0	87.6	91.8	83.8
3° quartil	95.0	81.7	98.4	91.5
4° quartil	93.8	94.6	96.0	97.5
Total	91.8	87.1	92.5	87.5
n	(314)	(375)	(319)	(383)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.
Organizada pelo autor.

Fica clara a desigualdade de acesso a infraestrutura e serviços básicos, e que a população de baixa renda está em grande parte marginalizada, sobretudo em relação à qualidade dos serviços. Os diferenciais em relação aos migrantes e "não-migrantes", entretanto, vão além dos diferenciais de renda: englobam também a estrutura familiar, as redes sociais, o tempo de residência e questões individuais, que muitas vezes determinam quem é ou não migrante (ver DOTA, 2011).

Migração e questões habitacionais

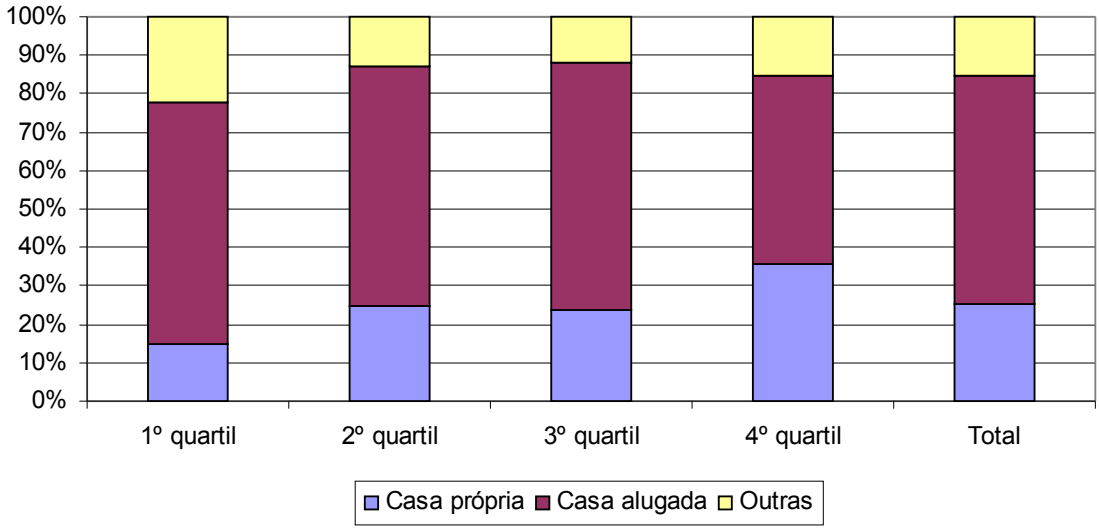
A migração deve ser entendida como um processo além da troca de residência usual, considerando outros fatores que apresentam relevância e que podem condicionar as características dos movimentos realizados e da direção destes. Dentre os fatores a serem considerados, citamos a inserção laboral, a propriedade da habitação, o ciclo de vida familiar, entre outros com impactos e interferências distintas segundo faixa de renda e localização espacial.

Acreditamos, desta forma, que a posse de ativos e, em especial, da casa própria, seja ponto chave para a redução da vulnerabilidade social das famílias, principalmente daquelas nos estratos inferiores de renda.

Quando olhamos os migrantes no momento de sua chegada à região tem-se um quadro da situação (Figura 4): aqueles que se mudam para a casa própria são minoria (25,2%) e, como esperado, a percentagem aumenta paralelamente ao aumento da renda. Os quartis intermediários apresentam valores relativamente semelhantes entre si, mas distintos do inferior e do superior.

Com este quadro do momento da chegada, e tecendo uma comparação com os dados da Tabela 4, torna-se relevante tecermos algumas considerações, que faremos segundo condição de ocupação do domicílio no momento da entrevista, conforme:

Gráfico 2. Condição de ocupação no momento de chegada na região segundo quartis de renda domiciliar per capita. Chefes de domicílio. RMC. 2007.



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.
Organizada pelo autor.

- *Construção e terrenos próprios* – esta seria a condição mais favorável, e os migrantes apresentam maior percentual neste quesito em relação aos "não-migrantes" (65,1% contra 63,5%). Se comparado ao percentual que indicou já ter mudado para casa própria no momento da chegada à região (25,2%), vemos um avanço considerável em relação à propriedade da habitação. Entretanto, não se pode atribuir tal avanço apenas à migração, mas a outros fatores, como o ciclo vital familiar e o tempo de residência, que se mostram relevante em relação à melhoria das condições de vida nas grandes cidades (Cunha, 2010).

Tabela 4. Condição de ocupação do domicílio segundo quartis de renda domiciliar *per capita*. Chefes de domicílio. RMC. 2007.

	Construção e terreno próprios		Alugado		Outra	
	Não migrante	Migrante	Não migrante	Migrante	Não migrante	Migrante
1° quartil	58.7	58.3	21.9	22.6	19.4	19.2
2° quartil	64.0	71.2	20.4	19.1	15.6	9.7
3° quartil	64.9	59.5	29.1	30.5	6.1	9.9
4° quartil	65.2	71.4	20.0	24.7	14.8	3.9
Total	63.5	65.1	22.3	24.2	14.3	10.7
n	(191)	(245)	(69)	(81)	(59)	(57)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vunerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.
Organizada pelo autor.

- *Alugado* – em relação àqueles que pagam aluguel, a variação entre migrantes e "não-migrantes" também manteve ligeira diferença (1,9% superior para os migrantes). Entre as faixas de renda não se encontra um padrão de evolução específico, fator que possivelmente responda aos diferenciais não lineares em relação à qualidade dos serviços entre as faixas de renda (Tabela 3) [8].

- *Outra*[9] - ao menos num entendimento mais geral esta seria a condição menos favorável de ocupação, já que agrega quase 20% das pessoas do primeiro quartil de renda. De fato, grande parte destes estão alocados em áreas de ocupação, favelas ou em outras situações precárias. Entretanto, um grupo representativo do quartil superior de renda (14,8% dos "não-migrantes" e 3,9% dos migrantes) encontra-se nesta opção, devido a moradia em condomínios, na qual se adquire o imóvel (apartamento) mas não o terreno, se enquadrando na categoria "somente construção própria". Desta forma, apesar da impossibilidade de uma análise mais

8 É no pagamento de aluguel em áreas mais consolidadas da cidade e com pleno acesso a serviços e infraestrutura básica que reside a explicação de que em alguns casos das Tabelas 2 e 3 pode-se observar quartis de renda inferiores com dados relativamente melhores do que algum quartil superior.

9 Em "Outra" inclui-se: "Somente construção própria", "Cedida por empregador ou particular", "Ocupada" e "Outra".

detalhada de cada uma das opções agrupadas nesta variável, pode-se afirmar que a alta proporção apresentada pela primeira faixa de renda (e menos pela segunda, mas com representatividade) indica a dificuldade de acesso à habitação formal daqueles com menor renda.

Desta forma, os migrantes e os "não-migrantes" apresentam situações relativamente semelhantes, com diferenças pontuais segundo faixas de renda.

Considerações finais

Sendo a migração um fenômeno-resposta às desigualdades socioespaciais, vê-se que na RM de Campinas estas desigualdades são as propulsoras e direcionadoras dos fluxos, culminando num espaço urbano segregado, reflexo destas desigualdades.

A partir dos dados apresentados vemos que os diferenciais entre migrantes e "não-migrantes" são relativamente pequenos, e que a migração não representa vantagem ou desvantagem para as condições de vida. Deve-se entendê-la como um processo social com suas respectivas características segundo cada grupo que a utiliza, tanto como resposta aos fatores estruturantes da metrópole, para os mais pobres, quanto como forma de melhorar o posicionamento regional em relação à habitação, para os mais favorecidos.

As imensas desigualdades de acesso observadas numa região altamente dinâmica, como é o caso da RM de Campinas, mostram que a ação pública estatal é vital para a melhoria das condições de vida da população e que, se estas ações não forem planejadas e executadas com êxito, em algum tempo esta região poderá se encontrar em situação semelhante a de outras grandes metrópoles, com boa parte da população em situação precária de habitação e de acesso a serviços.

O Estado tem um papel chave nesta questão: a promoção de uma urbanização mais social e menos elitista, com as necessidades básicas plenamente atendidas, independentemente da faixa de renda em que a população esteja enquadrada, fazendo assim justiça social e redistribuindo o excedente gerado, de forma a reduzir a desigualdade social e econômica verificada no Brasil.

Se a desigualdade é recorrente no capitalismo, a atuação do Estado deve ser altamente dinâmica, a ponto de constantemente buscar o equilíbrio na divisão do excedente e distribuí-lo de forma justa no âmbito da sociedade.

Bibliografia

ATKINSON, A. Income inequality in OCDE countries: data and explanation. *Working Papers*, CESifo, 2003.

BAENINGER, R. *Região, metrópole e interior:* espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. Tese (Doutorado). IFCH/Unicamp, Campinas.

BAENINGER, R. *Região Metropolitana de Campinas:* expansão e consolidação do urbano paulista. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Editora Ática: São Paulo, 2000.

CUNHA, J. M. *Mobilidade populacional e expansão urbana:* o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. Tese (Doutorado). IFCH/Unicamp, Campinas.

CUNHA, J. M.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. *Notas de Población,* CEPAL/CELADE, año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA, J. M. Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo sobre a Região Metropolitana de Campinas. In: IV Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 2010, Havana. *Anais...*, 2010.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. *Trabalho em questão,* Série Estudos e Pesquisas 86, Salvador, 2010.

DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de qual falamos? *Textos para discussão,* n. 168, IE/UNICAMP, out. 2009.

DOTA. E. M. Caracterização da mobilidade intrametropolitana e seus condicionantes na Região Metropolitana de Campinas pós 2000. *In*: XVII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP. *Anais...* Caxambu-MG, 2010.

DOTA, Ednelson M. *Migração na RM de Campinas:* produção do espaço urbano e impactos sociais. 2011. Dissertação (Mestrado). NEPO/Unicamp, Campinas.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. *Nota técnica*, Brasília, 2006.

JANTTI, M.; SIERMINSKA, E.; SMEEDING, T. *The joint distribution of household income and wealth:* evidence from the Luxembourg wealth study. OCDE, 2008.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, K. *O Capital*, Capítulo 6, Inédito. 2004.

NORDHAUS, W. D.; TOBIN, J. Is Growth Obsolete? In: MOSS, M. (Org.) *The Measurement of Economic and Social Performance*. UMI, 1973.

POLANYI, K. *A grande transformação.* Campus, Rio de Janeiro, 2000.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. *Lua Nova,* São Paulo, n. 73, 2008.

RODRIGUES, J.; BUSSO, G. *Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005*: um estúdio comparativo com perspectiva regional basado em siete países. CEPAL, Chile, 2009.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Editoral Abril, 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, B. S. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, P. *Economia política e urbanização*. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SOBREIRA, D. *A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos:* o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado). IFCH/Unicamp, Campinas.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas,* México, v. 54, 2004.

SPOSITO, M. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. *Scripta Nova,* Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007.

Sobre o autor

Ednelson Mariano Dota: bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), mestre e doutorando em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - Núcleo de Estudo de População (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* * *

ABSTRACT

Inequalities and migration: how they interrelate in the present moment?

The new aspect of inequality put into focus important social processes that, through its analysis, can offer clues about the urban and regional development and the impacts of this development to the quality of life. This article aims to analyze the strategies of life of the population from its socioeconomic conditions, being migration a central variable for this analysis. Initially, we present the development of capitalism and the state's role in promoting quality of life, followed by the production of urban space and migration between cities. Finally, we analyze specific data of home and access according quartiles of income, relating to the strategies of life in the metropolis.

KEYWORDS: development; migration; urban space; inequalities; metropolis.

RESUMEN

Desigualdad y migración: ¿cómo se interrelacionam em el momento presente?

El nuevo aspecto de la desigualdad pone relieve importantes procesos sociales que, a partir de su análisis puede ofrecer pistas sobre el desarrollo urbano y regional y el impacto de este desarrollo en la calidad de vida. En este artículo se pretende analizar las estrategias de vida y sus condiciones socioeconómicas, donde la migración es una variable central para este análisis. Inicialmente, se presenta el desarrollo del capitalismo y el papel del Estado en la promoción de la calidad de vida, seguida por la producción del espacio urbano en las ciudades y la migración. Finalmente, se analiza los datos específicos de acceso a la vivienda y los cuartiles de ingresos, en relación con las estrategias de vida en la metrópoli.

PALABRAS CLAVE: desarrollo; migración; espacio urbano; desigualdad; metrópoli.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Artigo recebido em setembro de 2011. Aprovado em dezembro de 2011.